



DA PROFISSIONALIZAÇÃO À DESPROFISSIONALIZAÇÃO? DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

From professionalism to deprofessionalization? Challenges and perspectives of social service in contemporary

Aline Soares Nomeriano*

RESUMO

Muitos são os desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social em tempos de crise e transformações na ordem social capitalista, seja no âmbito do exercício, da formação, no plano da regulação da profissão, da produção do conhecimento, assim como também na esfera das lutas sociais mais amplas. Neste sentido, este trabalho trata-se de um estudo de natureza bibliográfica que pretende analisar as teses da profissionalização versus desprofissionalização, bem como a polêmica relacionada ao processo de proletarianização de certas categorias, e de que forma essa discussão tem se dado em torno do Serviço Social. Para tanto, o artigo teve como base metodológica, a concepção materialista-dialética, e principal aporte teórico, as contribuições de Guerra (2016; 2017), Netto (2011; 2013), Iamamoto (2015; 2017), Trindade (2001; 2014) e Braverman (1987). À guisa de conclusão, pode-se sintetizar em três as dimensões básicas da profissionalidade: qualificação especializada, credenciamento profissional e autonomia técnica; sendo possível sugerir que a referida profissão não está sendo desprofissionalizada, mas sim, passando por processo de precarização, como outras profissões liberais.

PALAVRAS-CHAVE

Profissionalização; Desprofissionalização; Serviço Social.

ABSTRACT

There are many challenges faced by Social Service professionals in times of crisis and transformation in the capitalist social order, whether in the context of the exercise, training, the regulation of the profession, the production of knowledge, as well as in the sphere of social struggles broader. In this sense, this work is a study of a bibliographical nature that intends to analyze the theses of professionalization versus deprofessionalization, as well as the controversy related to the process of proletarianization of certain categories, and in what form this discussion has taken place around Social Work. In order to do so, the article had as a methodological basis the materialist-dialectical conception, and main theoretical contribution, the contributions of Guerra (2016; 2017), Netto (2011; 2013), Iamamoto (2015; 2017), Trindade (2001; 2014) and Braverman (1987). By way of conclusion, three basic dimensions of professionalism can be synthesized: specialized qualification, professional accreditation and technical autonomy; It is possible to

* Cientista Social. Mestre em Educação. Professora da Universidade Federal de Alagoas – *Campus Arapiraca*. Doutoranda em Serviço Social (UFAL, Maceió, Brasil). UFAL-Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, CEP.: 57072-900. ORC ID: <http://orcid.org/0000-0002-0834-1649>. E-mail: asnomeriano@arapiraca.ufal.br.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n37p65-83



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

suggest that this profession is not being deprofessionalized, but rather undergoing a process of precariousness, like other liberal professions.

KEYWORDS

Professionalization; Deprofessionalization; Social Work.

Submetido em: 11/3/2019.

Aceito em: 1/7/2019.

INTRODUÇÃO

Como profissão interventiva no âmbito da chamada “questão social”, o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, como um campo de especialização do trabalho coletivo, no âmbito das políticas sociais.

A temática discutida neste artigo justifica-se pelo fato de o debate profissionalização/desprofissionalização na supracitada área ainda representar certa lacuna. E a reflexão aqui realizada pressupõe que ambos os processos não podem desconsiderar a materialidade dos fenômenos sociais, uma vez que ocorrem a partir de uma base econômica, política, histórica e cultural.

Então, procurou-se, neste trabalho de natureza bibliográfica, analisar as teses da profissionalização *versus* desprofissionalização, assim como a polêmica relacionada ao processo de proletarianização de certas categorias, e de que maneira essa discussão tem se dado em torno do Serviço Social.

Para tanto, organizou-se o trabalho desse modo: inicialmente, buscou-se compreender a dimensão técnico-operativa do Serviço Social; em seguida, resgatou-se o debate acerca das teses da profissionalização e da desprofissionalização nas profissões em geral e, na área do magistério, onde essa discussão já é bastante presente. Por fim, destacou-se a análise das referidas teses no campo do Serviço Social.

AS CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO E A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

O exercício profissional do assistente social, ao mesmo tempo que responde às demandas da sociedade burguesa, também é determinado histórica e estruturalmente por elas. Para atender às diferentes e antagônicas requisições sócioprofissionais que lhe chegam, a atuação desse profissional é constituída por algumas dimensões¹ que se articulam entre si e ao caráter técnico-operativo² (dimensão que expressa o modo de aparecer da profissão).

Portanto, tratam-se de dimensões que se autoimplicam e dão conteúdo à profissão, perpassando por aspectos teóricos, políticos, éticos, metodológicos, investigativos e formativos. Assim, para responder de forma qualificada às demandas, necessário se faz que a esfera técnico-operativa não seja vista de forma autônoma.

¹ Dimensões teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa.

² Conjunto de instrumentos e técnicas utilizado na atuação da profissão, conjugado às suas ações profissionais.

Mas antes de caracterizarmos o Serviço Social e o seu instrumental-operativo, convém compreendermos a natureza da profissão e contextualizarmos a racionalidade que primeiro constituiu a sua instrumentalidade. Nessa perspectiva, Trindade (2001) afirma que o Serviço Social se insere na esfera da regulação das relações sociais. A natureza desse campo profissional não está diretamente vinculada à produção material, mas sim, à prestação de serviços sociais, ligados às várias políticas sociais³. Tanto as atividades que produzem bens materiais quanto as que não o produzem participam da mesma totalidade – o processo de produção e reprodução social.

Contextualizando a questão do desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos na sociedade capitalista, a pesquisadora ressalta que

No processo de complexificação da sociedade capitalista, um novo campo se coloca no horizonte da ciência: o homem e suas relações sociais. Isto porque, o processo de consolidação do modo de produção capitalista, impulsionado pelo crescimento da industrialização, é acompanhado pelo aumento da miséria e de várias manifestações que abalam a ordem social necessária à hegemonia burguesa. Essa realidade [...] alavanca o incremento de um conhecimento científico do qual é exigido não somente explicações sobre estes fenômenos sociais [...] Assim, o racionalismo próprio a hegemonia burguesa, de cunho formal e abstrato, infiltra-se nas relações sociais entre os indivíduos, instituições e organizações sociais, funcionando como mecanismo de reprodução ideológica (TRINDADE, 2001, p. 4).

Nesse panorama, já no século XX, a razão moderna se apoia na corrente positivista⁴, como paradigma de explicação da realidade social, partindo do pressuposto de que os fenômenos sociais podem e devem ser considerados e estudados como os fenômenos da natureza. Como consequência, a referida perspectiva defende a naturalização dos fundamentos da ordem capitalista (a compra e venda da força de trabalho, a desigualdade social) impedindo a compreensão dos fenômenos sociais como históricos e sociais e, consequentemente, passíveis de mudança. Desse modo, na pesquisa social, uma das implicações é o seguinte:

A tecnologia de cunho social é aprimorada como um ‘fazer’ que é dado como ‘coisa’, isto é, tecnologia como ‘modo de fazer’, desprovida de qualquer conteúdo político [...] A técnica passa a ser aplicada para melhorar a

³ Para Netto (2011), a “questão social” é a base para o surgimento da profissão, quando ela se transforma em objeto de intervenção do Estado, instrumentalizada pelas políticas sociais. Tais políticas, embora tidas como concessões/benefícios do Estado e/ou empresas, são fruto de conquistas da classe trabalhadora, que passam a legitimar e consolidar a ordem burguesa. Nesse contexto, para a realização das referidas políticas (fundamentalmente estatais, mas também empresariais), há os profissionais que as formulam (pensam e elaboram) e outros que as executam/implementam/operacionalizam, que são os assistentes sociais. Nas palavras de lamamoto (2017), a pesquisadora assim define que “A política social é uma mediação fundamental do exercício profissional no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da Questão Social” (2017, p. 31).

⁴ De acordo com Durkheim (1987) *apud* Behring; Boschetti (2011), “O sujeito que pesquisa deve se colocar diante de seu objeto numa perspectiva de exterioridade, tal como os físicos, químicos e biólogos quando se aventuram diante de seus domínios científicos, ou seja, deixando em suspensão todas as pré-noções [...] Cabe à pesquisa social, portanto, estudar a gênese e o funcionamento das instituições sociais, apropriando-se da sua realidade objetiva por meio da observação, da descrição, da comparação, fugindo a um movimento que vai das ideias para as coisas [...]” (DURKHEIM, 1987 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 27-28).

engrenagem social, para que nela se produzam homens cada vez mais adaptados a um padrão social que não é considerado fruto da história, mas dado como um dos elementos da natureza (TRINDADE, 2001, p. 5, grifos da autora).

A instrumentalidade⁵ nessa perspectiva gira em torno da razão “instrumental”, como algo que é utilizado para alcançar um resultado imediato e limitado a um caráter meramente técnico, ao garantir a necessária manipulação de variáveis. Nesse sentido, segue uma definição bastante pertinente acerca da constituição da profissão e sua relação com o positivismo:

Considerando o Serviço Social uma profissão interventiva, cuja particularidade está em *oferecer respostas instrumentais* que sejam capazes de alterar variáveis do cotidiano dos usuários e de operar mudanças ainda que paliativas, imediatas, *respostas de caráter reformista-integrador*, os substratos teóricos que lhe parecem mais adequados são apropriados das correntes de base positivistas (estrutural-funcionalista, sistêmica) e/ou do pragmatismo. Há, portanto, um padrão prático-operativo que marca a constituição da profissão (GUERRA, 2016, p. 90-91).

Também a razão formal-abstrata é orientada pelo referencial de correntes positivistas. Nesse caso, a instrumentalidade da profissão se restringe ao conjunto de meios/modelos interventivos, de diagnósticos e de tratamento, que priorizam o “como fazer”:

A racionalidade formal-abstrata opera aí com perfeição! É formal, por se restringir a formas próprias da padronização atual das políticas sociais e à lógica dos sistemas; é abstrata porque retira das profissões seus conteúdos concretos, seu espaço na divisão sociotécnica do trabalho que responde a um conjunto de demandas socioprofissionais e políticas [...] (GUERRA, 2016, p. 105).

Desse modo, em ambas, razão instrumental e formal-abstrata, o exercício profissional é funcional à ordem do capital, dado o caráter contraditório da profissão. Tais respostas às demandas sociais e requisições institucionais não precisam ter conteúdo político, basta serem eficazes e resolverem os problemas de forma “prática”. Como dão respostas funcionais, tendem a generalizações, a partir de observações empíricas e da manipulação de variáveis, formas comumente usadas pelos assistentes sociais em seu cotidiano profissional. Percebe-se aqui, o quanto teoria e prática permanecem dicotômicas.

Ainda segundo Trindade (2001), no que se refere aos instrumentos e técnicas utilizados nas atividades de regulação das relações sociais, há diferenças entre estes e aqueles que medeiam as relações entre homem e natureza. Enquanto no último caso eles funcionam como extensão do homem na transformação de um objeto concreto, no segundo caso, relacionam objetividade e subjetividade, uma vez que, a referida mediação leva os homens à mudança na consciência, nas suas atitudes e comportamentos. E como esse caso se insere no campo das possibilidades, os resultados esperados são sempre incertos.

Ou seja, como a técnica é produto da subjetividade humana, não há como ser neutra. E no caso do Serviço Social, seus instrumentos e técnicas, ao racionalizarem as relações humanas, atendem a diferentes interesses sociais situados no movimento contraditório

⁵ Termo usado por Guerra (2014).

da sociedade: “Para consecução de seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social” (TRINDADE, 2001, p. 6).

Desse modo, o instrumental técnico-operativo utilizado pela profissão possui suas especificidades. Ao contribuir nos processos de reprodução material da força de trabalho e na reprodução ideológica, os assistentes sociais tanto podem difundir as ideias da classe dominante (desfocando da luta de classes) quanto reforçar a capacidade reivindicatória da classe trabalhadora.

Seguindo nessa linha de raciocínio, para Guerra (2017), é a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e sua funcionalidade na sociabilidade capitalista, que constitui a profissão um espaço de mediação entre as classes e o Estado, tendo sua intervenção um caráter político. Então, acerca disso, Guerra (2017) afirma:

Sua instrumentalidade está na resolutividade, ainda que apenas momentaneamente e em nível imediato, das demandas apresentadas. A legitimidade social de uma profissão encontra-se nas respostas que ela dá às necessidades histórico-sociais num determinado tempo e espaço (GUERRA, 2017, p. 51).

Como toda prática profissional é uma ação teleológica, isso implica que, de forma consciente, o profissional, ao intervir, decide entre alternativas dadas, buscando os fins/objetivos planejados através dos meios que considera mais adequados. Assim, a pesquisadora ressalta a necessidade de articular a dimensão técnico-operativa às dimensões teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa da profissão. Tais dimensões se interpõem e se interligam estreitamente ao aspecto técnico-instrumental.

Há que se considerar que este último é o mais atingido pelas características da cotidianidade, contudo, os demais também o são. Desse modo, ainda que o Serviço Social seja uma profissão interventiva (embora não de forma exclusiva), é preciso resgatar a natureza teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa, articulando-as ao caráter operativo-instrumental; para não cair no erro, segundo a autora, de proceder uma análise endógena do Serviço Social, avaliando suas dimensões a partir delas mesmas.

Nessa direção, Guerra (2016), chama atenção para a importância de se buscar a maturidade da abordagem marxista⁶ e sua análise crítico-dialética no interior da profissão:

⁶ Trata-se da reação à herança conservadora do Serviço Social, nomeada por Netto (2011) como “intenção de ruptura”, a qual teve início nos anos 1960, ganhando densidade a partir do final dos anos 1970, com o Projeto Ético-Político, e que teve no conhecido “Congresso da Virada” de 1979, sua mais forte expressão. Tal reação, ainda conforme o autor, foi possível por alguns fatores, entre os quais ele destaca dois: primeiro, pela incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento no Serviço Social (notadamente a partir os anos 1980); segundo, pela articulação dessa área com movimentos sociais dos anos 1978-80 e partidos políticos anticapitalistas, o que lhe conferiu e lhe confere até hoje um compromisso com as classes trabalhadoras. A aproximação com a tradição marxista configurou-se, portanto, como um projeto em disputa pela direção ideopolítica e teórico-metodológica da profissão, que passou por profundo processo de renovação nessa época.

Foi sua base de fundamentação no marxismo que qualificou o debate e permitiu que ele transcendesse do campo da mera operatividade, sendo colocado no campo da reprodução social, das racionalidades, das escolhas teóricas, ético-políticas e técnicas, da relação dialética entre teleologia e causalidade, da adequação entre meios e fins (GUERRA, 2016, p. 296).

Percebe-se que não se trata de qualquer divergência entre a razão instrumental/ formal-abstrata e a racionalidade crítico-dialética, mas sim entre concepções de sociedade e projetos profissionais inconciliáveis, por estarem vinculados a diferentes e opostas visões de mundo/homem:

Foi a análise crítico-dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, como *mediação, conduto por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas*, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional (GUERRA, 2016, p. 301, grifos da autora).

Neste debate sobre a instrumentalidade da profissão, Guerra não nega a importância dos instrumentos e técnicas, mas critica que estes últimos sejam identificados inteiramente com a primeira. A pesquisadora acredita que essa ideia limita e reduz o seu tratamento enquanto mediação à realização do projeto profissional. Além disso, meios e fins precisam estar relacionados, uma vez que são carregados de intencionalidade. Daí a impossibilidade da suposta neutralidade profissional, como já foi destacado anteriormente, a partir de Trindade (2001).

Ademais, diante das recentes transformações societárias⁷, iniciadas no final do século XX e aprofundadas no início do século XXI, decorrem alguns fenômenos que contribuem para a luta vitoriosa do capital contra o trabalho: a transferência dos papéis sociais para a sociedade civil, antes pertencentes ao Estado e a despolitização das lutas democráticas. E em relação à “questão social”, conforme ressalta Netto (2013), tal situação repercute num novo assistencialismo “[...] que satura as várias iniciativas – estatais e privadas, mediante as chamadas ‘parcerias público-privado’ – que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980/1990 para enfrentar o quadro de pauperização contemporânea [...]” (NETTO, 2013, p. 35).

Isto é, trata-se de um assistencialismo minimalista: a política social atual (principalmente na periferia do capitalismo) se circunscreve no nível dos “direitos”, da administração da pobreza (enfrentamento apenas da miséria e indigência), via programas de rendas mínimas (meramente emergenciais), que visam tão somente controlar as massas e evitar uma “explosão social”:

Em síntese, o novo estágio do processo de desenvolvimento capitalista, cujas tendências parecem ser irreversíveis [...] Dá lugar a uma “nova pobreza”, um excedente de força de trabalho que não tem preço, porque não tem mais lugar no processo de produção [...] O processo de transformações que vem ocorrendo no “mundo do trabalho” altera substancialmente a demanda de

⁷ Esgotamento do Estado de bem-estar social e sua política Keynesiana, surgimento do Estado neoliberal, processo de reestruturação produtiva, mudanças no mundo do trabalho, flexibilização, desregulamentação, privatização, acirramento do desemprego, retrocesso e retirada de direitos sociais históricos da classe trabalhadora.

qualificação de profissionais de Serviço Social [...] (IAMAMOTO, 2015, 179-180, grifos da autora)

Frente a tamanhas mudanças, vê-se o quanto a perspectiva marxista tem de desafio pela frente, para continuar qualificando a instrumentalidade do Serviço Social de maneira comprometida e na direção de uma sociedade emancipada.

Bem, caracterizada a profissão, a partir do próximo tópico, passaremos a focar a questão das teses da profissionalização *versus* desprofissionalização em outras áreas⁸, para que possamos, na última parte desse artigo, traçar esse debate no campo do Serviço Social.

RECUPERANDO O DEBATE ACERCA DAS TESES DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DA DESPROFISSIONALIZAÇÃO

Em termos etimológicos, “profissão” vem do latim *professio*, que significa exercício, ocupação, emprego. Até os séculos XVII e XVIII, o termo sempre esteve ligado a sentidos leigos e religiosos⁹. Na virada do século XVIII, a classe média passou a reivindicar que o acesso às profissões fosse definido por meio da educação e do mérito, não apenas pela descendência (COSTA, 1995 *apud* PAPI, 2005). Já no século XX, profissão passa a estar correlacionada às profissões liberais clássicas: Clero, Medicina e Direito. Assim,

[...] é possível admitir que a questão da profissionalização, entendida como processo que transforma uma atividade desenvolvida no mundo do trabalho mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicos, como processo que, calcado nas características de profissões estabelecidas (as profissões liberais), nomeia, classifica uma ocupação como profissão [...] (WEBER, 2003, p. 1127).

A ideia que, em geral, tem-se de profissionalização é positiva, pois corresponde à competência técnica e ética profissional. Há certo consenso entre teóricos que o conhecimento especializado dos profissionais leva a uma considerável autonomia (controle sobre o processo de trabalho).

Contudo, nas últimas décadas, a autonomia, a autoridade, o poder e o prestígio profissionais vêm sendo ameaçados pela racionalização burocrática cada vez mais presente na sociedade capitalista. Daí a tendência a processos de desprofissionalização, por meio de alguns aspectos, tais como assalariamento, padronização, especialização, rotinização dos procedimentos. Nesse sentido, Rodrigues (2002) coloca que

⁸ Em especial a área da docência, onde essa discussão já está mais avançada.

⁹ Como exemplo, temos a profissão docente, cujo próprio termo “professor” advém da atividade “sacerdotal” pela qual os que exerciam essa função deveriam assim proceder. A primeira concepção do magistério esteve, então, relacionada à vocação/sacerdócio, “profissão de fé”, uma espécie de juramento e fidelidade aos princípios da Igreja Católica (HYPOLITO, 1997). O mesmo ocorreu com as origens da profissão do assistente social, já que assim como no magistério, houve forte processo de feminização desse campo ocupacional, além do militantismo católico: “A especificidade dos valores e das práticas das assistentes decorre, de *uma parte*, desta característica: o ‘prazer’ de servir, a seriedade, a ‘modéstia’ são inculcados às mulheres como se fossem atributos da feminilidade [...] São, finalmente, os valores do militantismo católico que dão seu lirismo particular à exaltação do serviço ao próximo, como sentido da profissão” (VERDES-LEROUX, 1986, p. 48-9).

A tendência para a desprofissionalização assenta naquilo a que se pode chamar mecanismos de desqualificação dos profissionais, de perda ou transferência de conhecimentos e saberes, seja para os consumidores, o público em geral, os computadores ou os manuais (RODRIGUES, 2002, p. 71).

A autora também discute acerca de outra importante tese que é a da proletarização, cuja principal característica é o aumento do assalariamento e a entrada dos profissionais em organizações. Rodrigues (2002) subdivide o referido processo em “proletarização técnica”, que seria a perda do controle sobre o processo/produto do trabalho, e a “proletarização ideológica”, que seria a expropriação de valores a partir da perda desse controle.

A tese da proletarização, de base marxista, assevera que “proletarização” seria o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, total ou parcialmente, o controle sobre o seu trabalho e “proletarizado” ou “proletário” seria o indivíduo que vende sua força de trabalho em troca de um salário (já que não possui os meios de produção), produz mais-valia e perde o controle/autonomia sobre seu trabalho. Senão, vejamos o que afirma Diniz (1998):

A versão marxista do processo de desprofissionalização é a tese da proletarização dos profissionais em cuja base está a seguinte analogia: o que vem ocorrendo com os profissionais é semelhante ao que ocorreu, primeiro, com os artesãos e, em seguida, com os operários especializados na virada do século. À sujeição ao controle *formal* do capital ocorrida com a venda da força de trabalho (assalariamento) seguiu-se a sujeição ao controle *real* quando os trabalhadores foram expropriados tanto do seu saber sobre o processo de trabalho quanto do controle sobre este mesmo processo, e submetidos a uma maciça desqualificação (DINIZ, 1998, p. 166, grifos da autora).

Nesse contexto, tem-se na área da docência um campo onde o debate “profissionalização versus desprofissionalização” já ocorre há algum tempo¹⁰, havendo, do ponto de vista sociológico, três paradigmas principais:

Assim, o funcionalismo propõe a perspectiva profissionalista ou o estudo do ensino como ‘profissão’, isto é, uma ocupação que cumpre uma série de requisitos de formação, organização e exercício prático. O marxismo, por sua vez, analisa o processo de trabalho do professorado e seu lugar na estrutura de classes da sociedade, alguns de seus representantes chegando à conclusão de que o professorado está em processo de proletarização, enquanto outros consideram seu lugar como intelectuais, atribuindo-lhes um papel importante na transformação social. O enfoque weberiano, finalmente, considera-o como grupo de *status* ou conjunto de pessoas que dividem uma mesma imagem ou prestígio social, ocupando uma posição de ‘classe média’ (SÉRON, 1999, p. 41, grifos do autor).

Tratam-se de abordagens clássicas da sociologia¹¹ importantes e necessárias ao entendimento das questões referentes à temática da profissionalização em geral ou no

¹⁰ Dentre as áreas em que a temática das referidas teses vem sendo debatida, buscou-se aqui focar no magistério, justamente por essa razão: a discussão nessa área já está amadurecida o bastante, o que pode contribuir para que no âmbito do Serviço Social, esse debate avance.

¹¹ Indicamos também um texto que aponta as principais contribuições teóricas no âmbito da Sociologia das Profissões – estudo dos processos sociais através dos quais emergem e se afirmam os diferentes grupos

que se concerne a alguma profissão específica como o magistério. São contribuições que ajudam na estruturação de quadros teóricos e metodológicos, especialmente em relação a profissões liberais próprias do capitalismo, que pressupõe divisão social e técnica do trabalho:

Na sociedade contemporânea, as profissões liberais têm sido o parâmetro de profissão, justamente por atenderem aos atributos reconhecidos como próprios de uma profissão. O magistério, devido a sua origem ligada especialmente à catequese, ao artesanato e à maternidade e, em razão de sua majoritária condição de assalariado dependente da estrutura pública ou privada, nunca chegou a ter esse estatuto. Entretanto, incorporou, especialmente devido à redemocratização do Estado no último século, valores próprios das profissões liberais (CUNHA, 1999, p. 130).

Ainda em se tratando do professorado, Enguita (1991), com base na análise funcionalista, propõe que profissionalização não seria sinônimo de formação ou qualificação, mas sim, a expressão de uma posição social e ocupacional em um tipo determinado de relações sociais de produção e trabalho. Dentro desse modelo, os professores seriam classificados como *semiprofissionais*, em que “profissionais” seriam aqueles indivíduos que possuem autonomia e controle sobre seu processo de trabalho e “proletários”, os indivíduos assalariados que não possuem os meios de produção e perderam esse controle. Entre uma categoria e a outra, estariam, segundo o autor, os semiprofissionais (incluindo os docentes) que apresentam elementos das duas categorias (situação profissional ambígua) sendo as principais características: assalariamento, nível de formação próximo ao dos profissionais liberais e que, em geral, pertencem à burocracia estatal.

De forma paralela, se insere a “tese da proletarização docente”, também de fundamentação marxista, que surge com força nos anos 1980¹², baseando-se na analogia entre o trabalho do professor e o dos operários. Está em Lawn e Ozga (1988) uma conhecida formulação a esse respeito, a qual aponta os professores como trabalhadores intelectuais do setor de serviços que passam a sofrer processo de proletarização. Os autores ressaltam que o professorado estaria passando por gradativa desqualificação, como consequência dos processos de racionalização do trabalho docente: fragmentação das tarefas, intensificação da jornada de trabalho, supervisão pela coordenação pedagógica ou chefia de departamentos (controle da relação pedagógica para fora da sala de aula), a introdução da figura do diretor e de pacotes curriculares, além de novas tecnologias de informação desenvolvidas nas escolas.

Segundo essa perspectiva da proletarização, o docente é trabalhador assalariado que passa por processo de desqualificação, perde o controle sobre o próprio ofício (sendo inegável a investida do Estado capitalista com vistas a controlar o trabalho dos professores) e também perde o prestígio social. Isto é, há uma proximidade entre o trabalho realizado na escola com os demais trabalhos necessários à reprodução social. Se o trabalho em geral vem passando por processo de precarização, o mesmo estaria ocorrendo com a atividade docente. A referida tese surge e se desenvolve nos Estados

profissionais. Tratam-se de correntes teórico-metodológicas com enfoques epistemologicamente distintos, sendo elas, as correntes funcionalistas, interacionistas e neo-weberianas. Cf. Almeida (2010).

¹² “Contraditoriamente, em um momento (décadas de 1970 e de 1980) em que a história do movimento docente foi profundamente marcada pela luta por profissionalização do magistério e reconhecimento dos direitos e deveres desses trabalhadores” (OLIVEIRA, 2004, p. 1133).

Unidos, tendo como origens os anos de 1920 a 1970¹³, baseada no poder da eficiência educacional, ou seja, na transferência para a escola dos princípios de administração empresarial. As principais características desse modelo eram: centralização do processo de tomada de decisões e divisão/controlado do trabalho como medidas de racionalização. Trata-se de um modelo tecnocrático de trabalho educacional, com algumas características: afastamento dos professores das funções de concepção e planejamento, os levando a executar tarefas previamente determinadas pelos gestores; redução do controle dos professores sobre seu ofício, os levando a ter uma autonomia sempre relativa e, portanto, parcial; prolongada jornada de trabalho, baixos salários e desprestígio social, na maioria dos casos. Além disso, há uma tecnologia educacional interposta como meio de trabalho (material institucional, equipamentos, técnicas de ensino, livros didáticos). Então, quanto maior o grau de racionalização do trabalho escolar e mais complexas as formas dessa organização, maior seria o controle sobre o trabalho docente.

Da mesma forma entendem Tumolo e Fontana (2008), isto é, que o trabalhador docente também realiza seu ofício na condição de proletário, já que indicam algumas condições características do professorado: o empobrecimento dos professores da educação básica, o assalariamento associado à precarização profissional, a perda do controle sobre seu trabalho, a transformação da categoria em trabalhador coletivo, o professor da rede privada como produtor de mais-valia¹⁴ (trabalho produtivo).

São perspectivas e teóricos que, influenciados pelas reflexões de Braverman (1987)¹⁵, estariam em consonância com as análises marxistas acerca da expropriação dos meios de produção por parte dos operários. O trabalhador que perde o controle sobre o processo de trabalho, perde a noção de integralidade desse processo, já que apenas executa, não participando da concepção e planejamento. Assim, a tese de Braverman trata da degradação do trabalho no século XX, ao argumentar que a divisão técnica do trabalho no capitalismo destrói a autonomia do trabalhador e retira seu controle sobre o processo de trabalho. Para tanto, na referida obra, o autor analisa os trabalhadores do setor terciário (de serviços) como um grande setor da economia e que sofreu processo de proletarianização, nos moldes do operariado da produção fabril.

Mas, tanto em relação às profissões em geral quanto no que concerne à profissão docente, há algumas críticas à tese da proletarianização. No que tange à tese de Braverman, por exemplo, Diniz (1998) apresenta, mesmo que de maneira sintética, algumas referências analíticas dessa literatura crítica:

De modo geral, inúmeros estudos vieram mostrar que as associações estabelecidas por Braverman – por exemplo, entre tecnologia e desqualificação do trabalho – são bem mais complexas do que ele fazia crer; que importantes fatores mediatizantes de natureza macrossocial ou macroeconômica foram por ele negligenciados em favor de uma abordagem restrita aos fatores localizados ‘no ponto de produção’; que em inúmeros casos a tese é simplesmente

¹³ No caso da região latino-americana, “[...] no período de predomínio do nacional-desenvolvimentismo entre 1950 e meados de 1970, sob a influência da Teoria do Capital Humano, os docentes foram considerados como insumos necessários aos sistemas escolares em expansão” (OLIVEIRA, 2014, p. 452).

¹⁴ Processo de valorização do capital; trabalho produtivo, por sua vez, aquele que acrescenta valor ao capital. Cf. Marx (1980) e Mandel (1977).

¹⁵ Considerado um clássico da literatura neomarxista em suas análises sobre o processo de trabalho.

desconfirmada por detalhados estudos *in loco* do processo de trabalho (DINIZ, 1998, p. 169, grifos da autora).

Da mesma forma, a autora aponta críticas à tese da proletarização dos profissionais:

Delimitado assim o possível âmbito de aplicação da tese da proletarização dos profissionais, a questão central é se o assalariamento implica em desqualificação e em perda da autonomia *técnica* no trabalho ou, em outras palavras, se ao assalariamento segue-se o controle do trabalho dos profissionais por hierarquias gerenciais heterônomas, e nestes termos a questão pode ser estendida aos profissionais que, como os engenheiros, não tiveram um passado 'liberal'. Como se verá, a tese da proletarização dos profissionais encontra escasso suporte na literatura (DINIZ, 1998, p. 173, grifos da autora).

Diniz converge com as referências que apresenta ao longo de seu artigo, no tocante a afirmar ser equivocada a tese da proletarização dos profissionais, assim como a tese da desprofissionalização. Ao analisar pesquisas acerca de profissões liberais no Brasil (como médicos, advogados, dentistas e arquitetos) destaca que estas quatro categorias profissionais tornaram-se crescentemente assalariadas ao longo do século XX. Mas, que o assalariamento não leva à perda da autonomia técnica, isto é, os profissionais continuam com controle sobre o processo de trabalho; o que não teriam controle seria em relação às circunstâncias (termos e condições do trabalho).

Quanto às críticas à tese de proletarização docente, algumas delas centram-se no entendimento de que a atividade do magistério não estaria diretamente vinculada à lógica capitalista (produção de mercadorias que dão lucro aos proprietários), uma vez que ao ensinar, o professor não perde o saber/conhecimento produzido. Uma dessas polêmicas se refere ao caráter produtivo ou improdutivo do trabalho escolar. Nesse sentido, de acordo com Silva (1992) *apud* Hypolito (1997):

[...] toda a análise marxista do processo de trabalho se desenvolve a partir do pressuposto de valorização do capital, ou seja, de criação do valor. O processo de trabalho capitalista é, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de valorização do capital. Não se tem procedido à demonstração do caráter capitalista do trabalho do trabalho docente [...] (HYPOLITO, 1997, p. 94).

É com base nessa análise que os que criticam a referida tese, consideram que ela faz uma transposição mecânica, deixando de lado aspectos particulares do trabalho docente não encontrados em trabalhadores do setor produtivo capitalista. Seguindo a mesma linha de raciocínio, algumas análises também tecem críticas ao estudo de Braverman, por considerá-lo determinista.

Dessa forma, uma autora que podemos usar como outro exemplo dessa literatura crítica é Jáen (1991). Para ela, os professores sofreram apenas um tipo de proletarização, a *ideológica* (controle sobre os fins do trabalho), pois conseguem manter autonomia sobre vários aspectos técnicos. Diferentemente, a categoria do operariado típico foi proletarizada tanto ideológica, quanto tecnicamente (controle dos modos de execução do trabalho).

Feito esse resgate do debate sobre as teses da profissionalização e desprofissionalização, passaremos agora a abordar essa temática no campo profissional do assistente social.

PROFISSIONALIZAÇÃO VERSUS DESPROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL?

Na Europa, essa discussão sobre o desenvolvimento da profissionalização do Serviço Social tem sido feita em torno da ausência de consolidação (em alguns países) da assistência social profissionalizada. Os motivos principais seriam a falta de qualificação dos profissionais, as atividades de “cuidado social” serem muito realizadas pelos setores privados e voluntários, além das Igrejas. Percebe-se a velha e tênue fronteira que há entre o que é trabalho profissional e o que é filantropia nessa área.

Tratando do caso português, o artigo de Silva; Caria (2013), identifica que nos últimos anos, tem se aprofundado o debate (especialmente na literatura anglo-americana) sobre as questões do profissionalismo no Serviço Social, assim como

[...] da tendência de desprofissionalização evidenciadas entre outros factores, no facto de se assistir, cada vez com maior frequência, à supervisão de trabalhadores sociais profissionalmente qualificados por parte de quadros administrativos ou por profissionais de outras áreas (SILVA; CARIA, 2013, p. 3).

A literatura também verifica essa tendência na transformação dos assistentes sociais em “gestores de caso”, pela ênfase no seu caráter técnico e instrumental. É visível o quanto as mudanças no ordenamento das políticas sociais¹⁶ têm impactado no nível de organização do trabalho de diversas profissões da área social; o que faz com que sejam colocadas em jogo, a autonomia¹⁷ e a autoridade desses profissionais.

Esse debate da desprofissionalização, para a Sociologia das Profissões (e na maioria das vezes) é tratado como um processo de burocratização do trabalho profissional, cujos teóricos são ligados à perspectiva neoweberiana, onde:

Critica-se uma idealização do trabalho e do saber profissional - típico dos autores influenciados pelo funcionalismo - porque os factores e atributos sociais que são descritos como típicos do profissionalismo não são vistos em abstracto, como um resultado necessário aos processos de modernização e racionalização da sociedade, mas como um resultado histórico, possível e contingente, mas regularmente verificado nas sociedades ocidentais, de que o poder profissional existe e se desenvolve através de instituições próprias, também elas em transformação (SILVA; CARIA, 2013, p. 7).

Nesse contexto, nas burocracias profissionais do setor público europeu, as hierarquias administrativas podem coexistir com a autoridade (autonomia) profissional, o que não quer dizer que os autores deixem de apontar a desprofissionalização e os fenômenos decorrentes desse processo no Serviço Social em organizações estatais (apenas relativizam suas implicações no poder profissional):

Actualmente, mais do que uma burocratização do trabalho profissional, segundo a Sociologia das Profissões, estamos perante o pós-profissionalismo, fenómeno que é acompanhado pelo desenvolvimento das formas pós-burocráticas das organizações e pelo impacto da reflexividade social sobre a modernização (incluindo uma modalidade de reflexividade onde as profissões são centrais: a

¹⁶ Que detalharemos melhor mais à frente.

¹⁷ No Serviço Social, essa discussão ganhou destaque em: Iamamoto e Carvalho (2009).

reflexividade institucional). Deste modo, é possível colocar a hipótese de haver uma coexistência entre a especificidade e conteúdo do trabalho profissional e as mudanças nas formas burocráticas de organização do trabalho, sem que umas se oponham às outras (e vice-versa) (SILVA; CARIA, 2013, p. 8).

Assim, os autores portugueses propõem o necessário distanciamento das abordagens neoweberianas, cuja centralidade está na análise macro e sócio-históricas das profissões, em detrimento de uma análise compreensiva e etnográfica, focada nos conteúdos e saberes cotidianos da profissão (que permitam avaliar o Serviço Social a partir do que os assistentes sociais fazem e pensam).

Ou seja, propõem ultrapassar os aspectos que sustentam as teses da desprofissionalização e, partindo desse princípio, utilizam diversos estudos para corroborar com essa concepção (utilizando a contribuição da Sociologia das Profissões e as análises específicas do Serviço Social). Para tanto, indicam a possibilidade de se compreender melhor esse trabalho técnico-intelectual assalariado, se contrapondo à simplificação analítica das teses da desprofissionalização.

De um modo geral e seguindo uma abordagem mais atualizada sobre as profissões, conforme Diniz (2001) *apud* Felipe (2015),

[...] todos os principais estudiosos concordam em que uma definição ‘mínima’ deverá fazer referência às profissões como: ocupações não-manuais que requerem funcionalmente para o seu exercício um alto nível de educação formal usualmente testado em exames e confirmado por algum tipo de credencial. Nas sociedades modernas contemporâneas ‘alto nível de educação formal’ significa educação de terceiro grau adquirida normalmente em instituições universitárias, e ‘credencial’ significa geralmente um diploma (FELIPPE, 2015, p. 10).

Percebe-se, então, que o Serviço Social se enquadra nesses aspectos. No caso do Brasil, a profissão de assistente social é regulamentada por uma Lei Federal (8662/93). Esta legislação define os requisitos profissionais e institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social (para este último, o registro prévio é critério para o seu exercício).

A institucionalização da supracitada profissão aqui se inicia no Estado Novo de Vargas (1937-45) e o atendimento das demandas postas na época se restringiam à ação católica. Posteriormente (especialmente após a 2ª Guerra Mundial), o Serviço Social passa a atuar em instituições estatais, o que para Trindade (2014) significou sua incorporação efetiva na divisão social e técnica do trabalho, como profissão especializada:

Forma-se uma típica categoria profissional assalariada, no momento em que, no Brasil, os serviços sociais, passam a ser produzidos e consumidos em estreita relação com o processo produtivo. O Serviço Social engaja-se no processo em que o Estado assume parcela significativa da produção material da força de trabalho e da reprodução da dominação, visando manter a hegemonia da classe burguesa (TRINDADE, 2014, p. 21).

Com a instauração do Regime Ditatorial (1964-1985) as novas demandas profissionais exigem que os assistentes se insiram no aparato técnico-burocrático estatal, racionalizando na gestão da força de trabalho e intervindo nas sequelas da “questão social” (ampliando-se também o campo de atuação na esfera empresarial). Daí a

necessidade de formação em nível superior, que teve seu começo na década de 1970¹⁸, nas redes pública (universidades federais e estaduais) e privada.

A partir de fins dos anos 1970, os profissionais do Serviço Social presenciam a piora das condições de vida da população brasileira, face o acirramento da desigualdade social, e passam a enfrentar a realidade de que as políticas sociais não conseguem enfrentar a situação de pobreza. Os assistentes sociais passam a perceber os limites políticos de sua prática profissional. Contextualizando esse momento, Miotto e Nogueira (2013) esclarecem:

Nessa época, a política social vai sendo apreendida em sua relação com a questão social, e a criação dos programas de pós-graduação favorece uma leitura mais crítica sobre a realidade brasileira, com a perspectiva marxiana paulatinamente inscrita na produção teórica de segmentos da categoria profissional. O retorno ao Estado de Direito, em 1985, traz um novo alento à profissão, principalmente com a Constituição, em 1988. Esta incorpora o ideário dos direitos sociais, definindo uma perspectiva, no plano constitucional, de valores éticos, caros aos assistentes sociais. Assim como a garantia da proteção social universal sob a responsabilidade do Estado, especialmente no campo da saúde e da assistência social. A intervenção profissional volta-se para a implementação das políticas nacionais (MIOTTO; NOGUEIRA, 2013, p. 64).

Todavia, com a implantação de modelos institucionalizados para controle burocrático das políticas sociais, há o distanciamento entre o que foi asseverado na Constituição Federal de 1988, acerca da proteção social, e o que se efetiva na intervenção profissional (o que reduziu a já relativa autonomia do assistente social).

Na sequência (anos 1990), com a instauração do novo modelo de Estado, o Neoliberal, há o enxugamento dos gastos sociais e a conseqüente diminuição das políticas sociais estatais. Caracterizando o Estado burguês naquele momento histórico, Netto (2013) coloca o seguinte:

A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas ‘funções legitimadoras’: quando o grande capital rompe o ‘pacto’ que suportava o *Welfare State*, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais – programa tatcherista que corporifica a estratégia do grande capital de ‘redução do Estado’, num processo de ‘ajuste’ que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista) (p. 27, grifos do autor).

Apesar de ser um conturbado período de mudanças, na década de 1990, o poder público¹⁹ brasileiro continua como o maior empregador dos assistentes sociais²⁰. Ainda que com muitos desafios, como chama atenção Trindade (2014):

¹⁸ Antes desse período, a formação profissional da área se dava em escolas isoladas. As dessas primeiras Escolas (de cunho leigo-confessional) foram criadas em São Paulo (1936) e no Rio de Janeiro (1937).

¹⁹ Especialmente na esfera municipal.

²⁰ No Brasil, a profissão de assistente social é regulamentada por uma Lei Federal (8662/93). Esta legislação define os requisitos profissionais e institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social (para este último, o registro prévio é critério para o exercício da referida profissão).

Para os profissionais que atuam no setor público estatal impõem-se grandes limites ao exercício profissional, na medida em que ocorre um processo de fragilização das condições institucionais para a ação profissional, marcado pela precarização da estrutura institucional – recursos humanos e recursos materiais e financeiros, além de alguma redução no campo de atuação (TRINDADE, 2014, p. 31-32).

Assim, um outro campo de atuação da profissão que se abre é no chamado “terceiro setor”²¹, nem estatal nem privado (público não estatal). Além disso, cresce o mercado de trabalho no setor privado, dado o processo de privatização incentivado pelo Estado neoliberal. São, então, distintos espaços ocupacionais: Estado, empresas capitalistas, organizações político-sindicais, organizações privadas não lucrativas. O contexto atual é bastante diverso, inclusive em se tratando dos tipos de vínculo, como ressalta lamamoto (2017):

Em um contexto recessivo, os assistentes sociais também sofrem a redução do trabalho formal, do acesso aos direitos trabalhistas e do salário indireto [...] Convivem hoje no mercado profissional de trabalho diferentes vínculos de ocupação: trabalho clandestino sem carteira assinada, contratação sem concurso público, atuação em cooperativas de prestação de serviços, terceirização e *quarteirização de serviços* em empresas já terceirizadas, *ao lado de concursos públicos e vínculo empregatício protegido com direitos trabalhistas* (IAMAMOTO, 2017, p. 29, grifos da autora).

Trata-se de uma realidade que atinge várias profissões/ocupações. A crescente retirada de direitos, cassação das liberdades e perda das conquistas civilizatórias têm levado à classe trabalhadora a um aumento da precariedade de suas condições de vida e de trabalho. No momento societário atual, as políticas de austeridade significam um retrocesso aos direitos sociais dos trabalhadores, conquistados duramente ao longo da história. Tais políticas afetam drasticamente essa classe, tanto nos países do centro quanto nos periféricos, tendo por finalidade o fortalecimento do capital financeiro e a redução dos impactos causados pela crise capitalista, que se arrasta desde os anos 1970.

Ainda conforme lamamoto (2017), o profissional do Serviço Social atua na formulação, gestão, avaliação e financiamento das políticas sociais, assim como na assessoria aos movimentos sociais e, nas últimas décadas, abarcando a setor da seguridade social, no conjunto dos direitos sociais previstos em 1988: educação, moradia, lazer, segurança e trabalho, como respostas institucionalizadas à “questão social”.

Portanto, as situações com as quais o assistente social lida no seu dia-dia requerem uma enorme competência teórico-metodológica para entender a realidade na qual se formou para intervir, sendo imprescindível uma formação inicial de qualidade. Porém, o predomínio do ensino superior nessa área está em instituições privadas não universitárias e na modalidade a distância (com um crescente aumento desde o governo Fernando Henrique Cardoso até os dias atuais). Em recente trabalho, lamamoto (2017) chama atenção para esse fato: “A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’*, tendentes a um processo de *politização à direita da categoria*” (IAMAMOTO, 2017, p. 33, grifos da autora).

²¹ Indicamos a leitura de: Montañó (2010).

Parece que há uma correlação entre o rebaixamento da formação e das políticas sociais, cujo caráter está cada vez mais assistencialista. A precarização que atinge a profissão do Serviço Social, está fortemente presente nas duas pontas, no sentido de que aquele profissional que apenas é levado a intervir de maneira pontual e oferecendo respostas paliativas, não precisa de uma formação mais qualificada. Como consequência desse processo, tem-se o que Guerra (2016) chama de “tendência à desespecialização”, fruto da

[...] aparente inespecificidade operatória da profissão, que não a diferencia de práticas leigas, voluntárias e filantrópicas, sua polivalência (que lhe valeu ampliar suas funções e ocupar espaços emergentes), e a tendência a incorporar tudo aquilo que outros profissionais não fazem, não como algo emergencial, mas como parte das suas ‘obrigações’ e ‘compromissos’ [...] (GUERRA, 2016, p. 103).

Isto é, profissões envolvidas no fazer polivalente e multifuncional, acabam por serem diluídas as suas particularidades ou atribuições específicas e, apenas aparentemente, esta lógica gerencialista está isenta de intencionalidade política.

Trazendo o debate profissionalização versus desprofissionalização em Diniz (2001) e Rodrigues (2012) *apud* Felipe (2015) e, a partir da contribuição de Guerra (2016) pode-se verificar que ainda há muito o que se discutir a esse respeito no campo específico do Serviço Social brasileiro. Mas, entende-se que com a importante análise da sociologia das profissões, deva-se já avaliar certos aspectos no supracitado campo de atuação.

Segundo Rodrigues (2012) *apud* Felipe (2015),

Existe profissionalismo quando um grupo ocupacional organizado adquire o poder de determinar quem é qualificado para exercer que tipo de atividades, impedindo outros de o fazerem, bem como o poder de controlar os critérios de avaliação da qualidade do exercício profissional (FELIPPE, 2015, p. 19).

Vê-se que, sob esse prisma, profissionalização estaria intimamente relacionada à questão da autonomia, no sentido de uma profissão conseguir controlar o seu fazer profissional. E nessa perspectiva, o processo de proletarização não caberia, já que é avesso ao desenvolvimento de controle e autonomia, como no caso do operariado.

Corroborando com essa análise, para Diniz (2001) *apud* Felipe (2015), a maior parte das profissões já teria nascido assalariada e inserida em estruturas organizacionais; o que não seria sinônimo de desprofissionalização ou mesmo de proletarização. Além disso, como falar em perda dos prestígios profissionais, se diversas ocupações ainda almejam se tornar profissões, justamente para tentar evitar a condição proletária?

Tanto Rodrigues (2012), quanto Diniz (2001) *apud* Felipe (2015), concordam que em todas as categorias existem profissionais com prestígio e boa remuneração, e aqueles com baixos prestígio e remuneração; o que não significaria desconstrução do profissionalismo.

No caso do Serviço Social, esse debate ainda precisa de aprofundamento teórico. Porém, partindo da literatura aqui utilizada, seria possível sugerir que a profissão foi se profissionalizando paulatinamente, e assim como o magistério, sofreu/sofre processo de

precarização em suas condições de formação e trabalho. O que não quer dizer que a profissão esteja sendo proletarizada ou passando por processo de desprofissionalização.

Portanto, apesar do que Guerra (2016) chama de “tendência à desespecialização”, ao que parece, isso estaria mais ligado a uma crise de identidade profissional. Daí ser importante e necessário estabelecer claramente as fronteiras entre o “profissional” e o “não profissional”, para que o “ser da profissão” não se confunda com as suas condições de trabalho e atuação.

APONTAMENTOS FINAIS

Há instâncias com participações fundamentais no processo de profissionalização do assistente social, como o Estado, as Universidades e as Entidades Representativas da categoria. Sendo o Estado, a sua principal esfera de atuação (direta ou indireta), todo o processo de legitimação da profissão no Brasil, se iniciou quando se rompeu com a sua origem na esfera católica.

A partir das referências citadas ao longo deste trabalho, pode-se sintetizar em três as dimensões básicas da profissionalidade: qualificação especializada, credenciamento profissional e autonomia técnica. Tentando responder à pergunta indicada no título deste artigo, *Da profissionalização à desprofissionalização?* É possível sugerir que a referida profissão não está sendo desprofissionalizada, mas sim, passando por processo de precarização, como outras profissões liberais.

Com tantas mudanças no mundo do trabalho e a tendência à multifuncionalidade (o que vem modificando internamente várias ocupações e profissões) é cada vez mais imprescindível que no caso do Serviço Social sejam identificadas as funções que lhe são exclusivas. E como toda profissão é produto de uma construção social, isso conduzirá à mobilização de aspectos que reforcem a sua afirmação enquanto grupo profissional.

Referências

ALMEIDA, A. J. Contributos da Sociologia para a compreensão dos processos de profissionalização. **Mediações**, Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, v. 1, n. 2, 2010.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social, v. 2).

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CUNHA, M. I. da. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: CUNHA, M. I. da; VEIGA, I. P. A. (org.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1999.

DINIZ, M. Repensando a teoria da proletarização dos profissionais. **Tempo Social**, São Paulo: Revista Sociologia da USP, v. 10, n. 1, p. 165-184, maio 1998.

ENGUITA, M. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991, pp. 41-61.

FELIPPE, J. M. S. Contribuições da sociologia das profissões para a reflexão sobre a autonomia e os monopólios interventivos do serviço social. **Sociedade em Debate**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 9-32, 2015.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, E.; AMARAL, A. (org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. et al. (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica**. São Paulo: Cortez; Celats, 2009.

JÁEN, M. J. Os docentes e a racionalização do trabalho em educação. Elementos para uma crítica da teoria da proletarização dos docentes. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 74-90, 1991.

LAWN, M.; OZGA, J. “Trabajador de la enseñanza? Una nueva valoración de los profesores”. **Revista de Educación**, Madrid, n. 285, p. 191-215, jan-abr.1988.

MANDEL, E. **Tratado de economía marxista**. 7. ed. México: Era, 1977, tomo I e II.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro 4 e vol. 1, de O capital)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. especial, p. 61-71, 2013.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J P. Uma face contemporânea da barbárie. In: COSTA, G; SOUZA, R. **O social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social**. Maceió: EDUFAL, 2013.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização e a profissionalização. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 447-461, jul./dez. 2014.
PAPI, S. de O. G. **Professores: formação e profissionalização**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2005.

RODRIGUES, M. de L. **Sociologia das profissões**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2002.
SÉRON, A. G. Professorado, educação e sociedade: enfoques teóricos e estudos empíricos em sociologia do professorado. In: VEIGA, I. P. A.; CUNHA, M. I. da (org.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1999.

SILVA, M. S.; CARIA, T. H. Para além da ‘desprofissionalização’: que futuro para o saber profissional em trabalho social e em organizações neo-burocráticas? In: CARIA, T. H. et al (org.). **Saber e formação no trabalho profissional de relação**. Salvador: Editora da UFBA, 2013.

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho Docente e Capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da Década de 1990. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 6, n. 6, 2008.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 4, ano 2, jul./dez. 2001.

TRINDADE, R. L. P. O serviço social no Brasil. In: FERRIZ, A. F. P. et al. **O curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2014.

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador Social: práticas, hábitos, ethos e formas de intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1125-1154, dez. 2003.

Aline Soares Nomeriano

Graduada em Ciências Sociais (UFAL-1998), especialista em Docência do Ensino Superior (UFAL-2000), mestra em Educação (UFAL-2005) e doutoranda em Serviço Social (UFAL/2017-Atual). Professora da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, desde 2006, em cursos de Licenciatura, na área de Política Educacional e Formação de Professores. Pesquisadora nos seguintes Grupos de Pesquisa: Educação, Marxismo e Ontologia (UFAL-Campus Arapiraca); Trabalho, Educação e Luta de Classes (UECE).
